



Arquivos Pessoais de Mulheres: a experiência da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC)

Alessandra Nóbrega Monteiro¹
Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa²
Carolina Gonçalves Alves³
Juliana Maia Mendes⁴
FGV CPDOC
carolina.alves@fgv.br

“No teatro da memória, as mulheres são sombras tênues.”
Michelle Perrot.

Resumo:

A crescente atuação política das mulheres se contrapõe a um dado histórico que registra a tímida participação feminina na vida pública brasileira. Essa timidez, intimamente relacionada à pequena presença de mulheres em narrativas históricas hegemônicas, deixa marcas profundas nos acervos brasileiros. A escassez de documentos acumulados por mulheres nas instituições arquivísticas deve ser observada diante de um contexto de silenciamento da atuação das mulheres na vida pública. A história pouco se detém às mulheres. Sobre elas pouco se conta, pouco se conhece. Atualmente, o debate sobre a participação de mulheres na vida política ganha cada vez mais centralidade. As pautas feministas se espraíram e têm sido fundamentais para pensar o momento atual do país, numa onda que é observada por pesquisadores como a da popularização do feminismo e da constatação de que é

¹ Alessandra Nóbrega Monteiro (alessandranmonteiro@gmail.com) é graduanda em licenciatura e bacharelado em História na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e pesquisadora-bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC CNPQ) da mesma universidade. É também estagiária na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC).

² Anna Beatriz Oliveira Menezes Costa (costa.annab@outlook.com) é graduanda em Ciências Sociais pela Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC) e estagiária do Programa de Arquivos Pessoais (PAP) da mesma instituição.

³ Carolina Alves (carolina.alves@fgv.br) é formada em Ciências Sociais pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), mestre e doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCIS UERJ) da mesma universidade. É Analista de Documentação e Informação na Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC), onde se dedica à organização de documentos textuais e iconográficos e seus processamentos técnicos.

⁴ Juliana Maia Mendes (jmaia@id.uff.br) é formada em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) e graduanda em Arquivologia pela Universidade Federal Fluminense (UFF). É estagiária do Programa de Arquivos Pessoais da Escola de Ciências Sociais da Fundação Getúlio Vargas (FGV CPDOC).

impossível recuar no que diz respeito às conquistas de direitos pelas mulheres. Tendo observado que dos mais de 200 arquivos depositados na FGV CPDOC, apenas 11 são de titulares mulheres, a instituição resolveu em 2015, pela primeira vez em sua história, utilizar o marcador de gênero em sua Linha de Acervo. Com esse documento o Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tornava público o interesse na captação de arquivos de titulares mulheres. Esse artigo tem o objetivo de refletir sobre a composição feminina do acervo da FGV CPDOC com foco em suas potencialidades analíticas. Tornar visíveis esses arquivos é garantir que as narrativas e práticas de mulheres possam aflorar, fornecendo importantes elementos para a reinterpretação do passado.

Palavras-chave: Arquivos Pessoais, Mulheres, Memória, História.

Women Personal Archives: the experience of the School of Social Sciences (FGV CPDOC)

Abstract:

The growing political performance of women contrasts with a historical fact that registers the small participation of women in the Brazilian public life. This smallness, intimately related to the minor presence of women in hegemonic historical narratives, leaves deep marks in the Brazilian archives. The absence of documents accumulated by women in the archival institutions must be observed in the context of silencing the role of women in public life. History gives little attention to women. About them, little is said, little is known. Today, the debate on women's participation in politics is gaining more and more centrality. The feminist guidelines have spread and have been fundamental to think the current moment of the country, in a wave that is observed by researchers as the popularization of the feminism and the realization that it is impossible to withdraw the achievements of rights by the women. Noting that of the more than 200 archives deposited at FGV CPDOC, only eleven correspond to women, the institution decided in 2015, for the first time in its history, to use the gender marker in its Archive Line. With this document, the Personal Archives Program (PAP) made public the interest in capturing women's archives. This article aims to reflect on the female composition of the FGV CPDOC collection focusing on its analytical potential. Making these files visible is ensuring that women's narratives and practices can emerge, providing important elements for the reinterpretation of the past.

Keywords: Personal Archives, Women, Memory, History.

Introdução

O debate sobre a atuação de mulheres na vida pública ganha cada vez mais centralidade. Pesquisas recentes registram o impacto do voto feminino nas eleições de 2018⁵, sobretudo ao mostrar que, pela primeira vez na história do Brasil, homens e mulheres tiveram intenções de voto diferentes. As pautas feministas se espalharam e têm sido fundamentais para pensar o momento atual do país. A pesquisadora Céli Regina Jardim Pinto⁶ identifica uma onda de popularização do feminismo e salienta que, atualmente, é difícil encontrar quem se oponha aos direitos das mulheres.

A crescente atuação política das mulheres se contrapõe a um dado histórico que registra a tímida participação feminina na vida pública brasileira. Essa timidez, que está intimamente relacionada à pequena presença de mulheres em narrativas históricas hegemônicas, deixa marcas profundas nos acervos brasileiros. A escassez de documentos acumulados por mulheres nas instituições arquivísticas deve ser observada diante de um contexto de silenciamento das narrativas femininas. Conforme sinaliza Perrot (1989), os arquivos públicos registram o olhar de homens sobre homens. Neles não há espaço ou, há muito pouco espaço para as memórias femininas. Historicamente coube às mulheres organizar as memórias privadas, familiares.

Assim, os modos de registros das mulheres estão ligados à sua condição, ao seu lugar na sociedade (...) Pela força das circunstâncias pelo menos para as mulheres de antigamente, e pelo que resta de antigamente nas mulheres de hoje (o que não é pouco), é uma memória do privado, voltada para a família e o íntimo, os quais elas foram de alguma forma delegadas por convenção e posição. Às mulheres cabe conservar os rastros das infâncias por elas governadas. Às mulheres cabe a transmissão das histórias de família, feitas frequentemente de mãe para filha, ao folhear álbuns de fotografias, aos quais juntas, acrescentam um nome, uma data, destinados a fixar identidades já em via de se apagarem. Às mulheres, o culto aos mortos e o cuidado dos túmulos, pois é de sua incumbência o cuidado das sepulturas. Florir os túmulos dos seus nos dias de Finados, costume instaurado a partir da metade do século XIX, se torna uma obrigação das filhas e das viúvas. (Perrot, 1989, p.15)

⁵ Pesquisas divulgadas recentemente pelo Datafolha dimensionam a diferença das intenções de voto para Presidente da República entre homens e mulheres no Brasil. Disponível em: <<http://media.folha.uol.com.br/datafolha/2018/09/17/2cdd170bc245cbf4a66557fc80ab034aiv.pdf>>. Acesso em: 01 out. 2018.

⁶ Céli Regina Jardim Pinto é historiadora e doutora em Ciência Política pela Universidade de Essex, na Inglaterra. É professora na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e possui pesquisas sobre feminismo e a participação política da mulher no Brasil. Para maiores informações ver: BBCBrasil.com. #EleNão: A manifestação histórica liderada por mulheres no Brasil vista por quatro ângulos. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-45700013?SThisFBI>>. Acesso em: 01 out. 2018.

Em levantamento realizado recentemente nota-se que dos 209 arquivos que estão sob a guarda da Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC), apenas 11 são de titulares mulheres. São elas: Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Delminda Aranha, Hermínia Collor, Hilda Machado, Luiza Aranha, Niomar Moniz Sodré, Rosalina Coelho Lisboa e Yvonne Maggie.

Além da presença de poucas titulares mulheres no acervo, as informações disponíveis sobre suas trajetórias não conferiam a elas uma preservação justa de sua atuação política. Os arquivos de algumas dessas mulheres vinham sendo tratados como anexos dos arquivos de homens com os quais elas tinham algum grau de parentesco, deixando de lado sua atuação como sujeitos políticos independentes. No entanto, há o caso de um arquivo em especial que merece ser discutido pois contraria essa regra. O fundo de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça subverte a lógica do arquivo feminino anexado ao de um homem e apresenta a titular a partir de sua extensa atuação política. Sua trajetória não se define isoladamente pelo papel que ocupava como esposa de Marcos Carneiro de Mendonça. Seu arquivo reflete os debates pelos quais tinha interesse e sua militância política. Além dos registros sobre a agência de Anna Amélia na cena pública brasileira, foram encontrados, durante a organização de seu arquivo, documentos sobre seu marido.⁷ Nesse caso, é o arquivo do marido que veio anexado ao arquivo da mulher. Falaremos sobre isso mais adiante e discutiremos também sobre a importância do arquivo de Anna Amélia para a incorporação de narrativas femininas na História do Brasil Contemporâneo.

Sobre a Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC)

A FGV CPDOC atuou de maneira pioneira no Brasil na preservação e organização de arquivos privados de cunho pessoal. No início da década de 70, eram raras as instituições do gênero e, as metodologias de trabalho da área arquivística no país não eram muito legitimadas. Foi nesse cenário que o CPDOC iniciou discussões com o objetivo de elaborar e sistematizar uma metodologia para o tratamento da documentação arquivística, assim como um trabalho de favorecimento de acesso às informações de seu acervo. (Braga, 2002). A Coordenação de Documentação da FGV CPDOC se subdivide em: Programa de Arquivos Pessoais (PAP), Programa de História Oral (PHO), Núcleo de Audiovisual e Documentário (NAD) e Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro (DHBB). Atualmente a Escola reúne um importante

⁷ O arquivo de Marcos Carneiro de Mendonça está sendo organizado e em breve será disponibilizado para consulta pública.

conjunto de documentos da história contemporânea brasileira pós 1930. O arquivo pessoal de Getúlio Vargas foi o primeiro fundo a integrar o acervo da FGV CPDOC. Esse conjunto documental foi doado em junho de 1973 por Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que posteriormente também depositou seu arquivo pessoal na instituição. O arquivo de Getúlio Vargas foi recebido por Celina Vargas do Amaral Peixoto, filha de Alzira e, à época, pesquisadora da Escola. A doação do fundo Getúlio Vargas e a presença de Celina Vargas à frente da instituição estimularam a doação de outros arquivos pessoais. Em outubro do mesmo ano, a instituição recebeu o arquivo pessoal de Oswaldo Aranha. Outras doações ocorreram ao longo dos anos e transformaram a Escola em um importante lugar de guarda de arquivos pessoais da história contemporânea brasileira. A presença desses arquivos estimulou a produção intelectual dos pesquisadores da casa que investiram em estudos que aliavam documentação e pesquisa.

AFGV CPDOC foi uma das primeiras instituições brasileiras a custodiar arquivos pessoais e disponibilizá-los à consulta pública. Essa atividade é desenvolvida no âmbito do Programa de Arquivos Pessoais (PAP) por uma equipe que se dedica a aplicar a metodologia de organização da instituição aos arquivos sob sua custódia. Cabe ao programa realizar as tarefas de captação, organização, preservação e difusão do acervo. Por esse motivo, a experiência na organização desses dois primeiros fundos foi determinante para que a equipe envolvida nessa atividade desenvolvesse diretrizes para o tratamento de arquivos pessoais. Tais normas sistematizadas deram origem, em 1980, a uma metodologia própria e pioneira denominada *Procedimentos técnicos adotados pelo CPDOC na organização de arquivos privados contemporâneos*. Depois dessa, mais três publicações foram produzidas contendo atualizações das diretrizes e métodos de trabalho. Seis anos depois, em 1986, uma segunda versão sob o título *Procedimentos técnicos em arquivos privados* foi publicada. A terceira versão, de 1994, recebeu o nome de *Procedimentos técnicos adotados para a organização de arquivos privados*. A quarta e última versão da metodologia foi publicada e disponibilizada ao público em 1998 com o título *Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC*.

Em 2000, foi implementada a base de dados ACCESSUS, que possibilitou a informatização da organização, da descrição e da consulta. Seu lançamento para o público, em 2001, permitiu que as informações referentes a todos os fundos organizados e disponíveis para consulta pública pudessem ser visualizadas online através do Portal da FGV CPDOC (<http://cpdoc.fgv.br/>). Ainda nesse ano, a Escola deu início ao projeto de preservação e difusão de seu acervo com a digitalização e

disponibilização de aproximadamente 87.000 fotografias e 920.000 páginas de documentos textuais pertencentes aos arquivos pessoais.

Em 2015, a FGV CPDOC intensificou os esforços para garantir o acesso facilitado ao conjunto documental abrigado na instituição. Tendo em vista esse plano de ação, extinguiu, em 2016, o acesso para usuários cadastrados. Com o objetivo de tornar amigáveis as URLs geradas nos resultados das buscas realizadas na base de dados, foram implementadas URLs que permitiram que o usuário tivesse compreensão sobre o conteúdo consultado antes de acessá-lo. Elas são amigáveis para o usuário e para os mecanismos de busca, pois garantem que o link seja encontrado pelos buscadores da internet, facilitando o acesso aos documentos. Atualmente o acervo online pode ser consultado livremente pelo usuário sem que haja a necessidade de cadastramento de usuário e senha, que até então vigorava na consulta do material disponível no site.

No ano de 2016, a FGV CPDOC alcançou uma grande conquista com o projeto da Casa Acervo. O espaço que abrigava os arquivos, localizado no prédio da FGV, na Praia de Botafogo, esgotou seu espaço, o que impedia a instituição de receber outras doações de arquivos pessoais. Novas instalações para guarda do acervo histórico custodiado pela Escola foram construídas no imóvel adquirido pela FGV. A casa, com fachada preservada, foi reformada e hoje abriga um mini auditório para a exibição de filmes, aulas e atividades educativas de estímulo ao uso do acervo; sala de consulta; área destinada à recepção, higienização e restauro de documentos e área para tratamento técnico do acervo. Nos fundos da Casa foi erguido um prédio de três andares para abrigar o acervo histórico da instituição. O prédio possui quatro depósitos climatizados para a guarda dos documentos históricos em seus diferentes suportes.

Arquivos femininos da FGV CPDOC

Embora os arquivos de homens componham a maior parte do acervo da FGV CPDOC, é importante registrar a presença de arquivos de mulheres na Escola desde os anos 70, tendo sido o arquivo de Delminda Aranha doado no mesmo ano de fundação da instituição, em 1973.

No entanto, faz-se importante observar que os arquivos de mulheres doados nos anos 70 chegaram em sua maioria, anexados aos arquivos de titulares homens. Quatro dos 11 arquivos de mulheres foram depositados na FGV CPDOC como anexo dos arquivos de homens, de quem essas mulheres eram esposas ou mães. Diante dessa ausência e muito estimulada pelos recentes debates sobre a atuação da mulher

na cena pública brasileira, a equipe da Escola publicou em 2015, a POLÍTICA DE ACERVO DA ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS (FGV CPDOC). Pela primeira vez em sua história, a instituição utilizou o marcador de gênero na definição de sua linha de acervo. Nesse documento, o Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tornava público o interesse na captação de arquivos de titulares mulheres.

O Programa de Arquivos Pessoais (PAP) tem por objetivo captar, organizar, preservar e divulgar o acervo de arquivos privados doados ao CPDOC desde a sua criação, em 1973. O acervo é constituído, de maneira geral, por arquivos pessoais de homens e mulheres com destacada atuação na vida pública brasileira contemporânea.⁸

Como foi dito anteriormente, quatro dos arquivos femininos que estão sob a guarda da instituição, foram depositados como anexo dos arquivos de homens que foram doados à Escola. São eles: Delminda Aranha, Luiza Aranha, Hermínia Collor e Hilda Machado.

O fundo Delminha Aranha foi depositado na FGV CPDOC como parte do arquivo de seu marido, Oswaldo Aranha. No entanto, durante a sua organização notou-se que a documentação tratava de material sobre o *Comitê de Auxílio às Famílias das Vítimas de Atentados do Eixo*, que foi presidido por Delminda. Assim sendo, a documentação referente ao Comitê recebeu tratamento à parte e o fundo passou a ser identificado pelo nome de sua presidente. Junto com o arquivo de Oswaldo Aranha também havia documentos referentes à sua mãe, Luiza Aranha. Estes manuscritos deram origem a um fundo com seu nome. O arquivo de Luiza Aranha, reúne 341 documentos e é composto majoritariamente por correspondências.

Os documentos que compõe os arquivos de Hermínia Collor e Hilda Machado foram entregues junto com os fundos de seus maridos, Lindolfo Collor e Cristiano Machado, respectivamente. O fundo Hermínia Collor é composto por 50 manuscritos, incluindo correspondência recebida pela titular após o falecimento de Lindolfo Collor, documentos em homenagem à memória de seu marido e documentos pessoais. Hilda von Sperling Machado foi uma poetisa e cineasta carioca. Seu arquivo é formado por cartas e recortes de jornais, contendo 74 documentos manuscritos. A maior parte dos documentos recebidos pela titular são posteriores ao falecimento de Cristiano Machado. É comum encontrar nesses arquivos, registros de condolências enviadas às viúvas por ocasião da morte de seus maridos.

⁸ O documento, na íntegra, pode ser consultado no portal da FGV CPDOC. Disponível em: <https://cpdoc.fgv.br/acervo/arquivospessoais/politicaacervo>.

É importante registrar que são sete os fundos doados por interesse das próprias titulares ou doados por familiares que avaliaram a relevância do conjunto de documentos reunidos por essas mulheres⁹. São eles: Almerinda Farias Gama, Alzira Vargas do Amaral Peixoto¹⁰, Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça, Celina Vargas do Amaral Peixoto, Niomar Moniz Sodré, Rosalina Coelho Lisboa e Yvonne Maggie¹¹. Tendo sido doado em 2016, o arquivo da antropóloga Yvonne Maggie foi o primeiro fundo de uma titular mulher doado à FGV CPDOC após a mudança na linha de acervo que aconteceu em 2015.

Tabela 1. Arquivos Femininos da FGV CPDOC

Titulares	Disponível para consulta	Dimensão (Em metros lineares)	Doador	Data da doação
Almerinda Farias Gama (AFG)	Sim	0,1m	Almerinda Farias Gama	1980
Alzira Vargas do Amaral Peixoto (AVAP)	Sim	3m	Alzira Vargas do Amaral Peixoto	1985
Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça (AACM)	Sim	2m	Priscilla Scott Bueno	2010
Celina Vargas do Amaral Peixoto (CAP)	Não	15m	Celina Vargas do Amaral Peixoto	1990
Delminda Aranha (DA)	Sim	1,5m	Euclides Aranha Neto	1973
Hermínia Collor (HC)	Sim	0,1m	Lygia Collor Jobim	1977
Hilda Machado (HM)	Sim	0,1m	Hilda Von Sperling Machado	1977
Luiza Aranha (LA)	Sim	0,5m	Euclides Aranha Neto	1976
Niomar Moniz Sodré (NMS)	Sim	0,5m	Niomar Moniz Sodré Bittencourt	1977
Rosalina Coelho Lisboa (RCL)	Sim	0,1m	Antônio Sanchez Larragoiti	1976

⁹ Embora o arquivo de Hilda Machado tenha sido doado pela própria titular, ele foi entregue à FGV CPDOC junto com o fundo de seu marido, Cristiano Machado.

¹⁰ O arquivo Alzira Vargas do Amaral Peixoto se encontra organizado e disponível para consulta no portal da FGV CPDOC. Em 2018, parte do conteúdo do arquivo foi publicado no livro organizado pelas pesquisadoras Adelina Novaes e Cruz e Regina da Luz Moreira sob o título *Volta ao poder: a correspondência entre Getúlio Vargas e a filha Alzira / 1946-1950 - 2 Vols.*

¹¹ Yvonne Maggie (1944-) é antropóloga, professora Emérita da Universidade Federal do Rio de Janeiro e especialista em Antropologia das populações afro-brasileiras. Atuou em pesquisas sobre religião, relações raciais, ações afirmativas e educação. Formou-se em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Rio de Janeiro em 1968 e é mestre e doutora em Antropologia Social pela mesma Universidade. Foi professora do departamento de Antropologia Cultural do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, diretora do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ de 1994 a 1997, coordenadora do Laboratório de Pesquisa Social do IFCS/UFRJ entre o período de 1988 e 1992 e coordenadora do projeto Rockefeller de intercâmbio de pesquisadores internacionais intitulado *Raça Etnicidade*, entre 1993 e 1996. Escreveu diversos livros, entre eles sua dissertação de mestrado *Guerra de orixá: um estudo de ritual e conflito* (1975) e sua tese de doutorado *Medo do feitiço: relações e poder no Brasil* (1992). Yvonne Maggie foi considerada um dos 100 brasileiros mais influentes em 2009 pela Revista Época. A antropóloga mantém desde 2011 o blog *A vida como ela parece ser*, na plataforma Globo G1.

Yvonne Maggie (YM)	Organização em andamento	3,5m	Yvonne Maggie	2016
--------------------	-----------------------------	------	---------------	------

O arquivo de Almerinda Farias Gama possui apenas 4 documentos manuscritos e 20 fotografias, no entanto, esse fundo é importante por reunir registros da atuação política da única negra em um universo de 11 titulares mulheres. Os documentos se referem à atuação de Almerinda como delegada do Sindicato dos Datilógrafos e Taquígrafos do Distrito Federal, à sua atuação como integrante da bancada classista para a Assembleia Nacional Constituinte de 1934 e sua atuação como militante feminista. O arquivo pessoal de Almerinda Farias Gama nos convida a refletir sobre o silenciamento que se impõe às narrativas e vivências das mulheres negras. Assim sendo, se a presença de mulheres nos arquivos brasileiros é pequena, esse percentual é drasticamente reduzido quando incorporamos ao nosso campo de análise dimensão étnico-racial.

Os documentos do arquivo de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça dialogam com a documentação presente no arquivo de Almerinda Farias Gama. Ambos os fundos reúnem registros sobre a atuação feminina na política e na militância feminista durante o Governo Vargas. Foi durante essa gestão que Anna Amélia se tornou a primeira mulher integrante do Tribunal Eleitoral ao compor a mesa da eleição de 1934, momento em que apresentou as reivindicações das mulheres na Assembleia Constituinte deste mesmo ano, de acordo com o Boletim da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), de 1935. Contudo, a atuação da poetisa em prol da independência feminina não se limitou à esfera eleitoral. Ainda em 1935, Anna Amélia foi nomeada delegada pelo presidente Getúlio Vargas para representar o Brasil no *12º Congresso Internacional Feminista*, promovido pela Liga Internacional das Mulheres (*Women League International*) em Istambul. Na ocasião, expôs sua tese *Mulher Cidadã*, dissertação que reunia temas centrais da primeira onda efervescente do feminismo brasileiro.

A ausência de arquivos que registram a atuação política feminina no Brasil se relaciona a um discurso sexista que excluiu mulheres da vida pública. É também nesse contexto que podemos registrar a atuação da jornalista Rosalina Coelho Lisboa. Rosalina foi delegada na Conferência Interamericana de Consolidação da Paz, em 1936 e também na 8ª Conferência Internacional Americana, que aconteceu em 1938. Em 1939, a jornalista representou o Brasil na Comissão Interamericana de Mulheres. Foi delegada no 1º e no 2º Congressos da União Latina, em 1951 e 1954, e na 6ª Assembleia Geral da ONU, em 1951. Adepta da Ação Integralista Brasileira, atuou nas lutas pelos direitos das mulheres, no combate ao comunismo e se empenhou na

defesa da autonomia e do estreitamento das relações entre os países sul-americanos. Seu arquivo é composto por 190 documentos manuscritos, 33 documentos impressos e 8 documentos audiovisuais, abrangendo o período de 1908 a 1966.

O fundo da jornalista e escritora, Niomar Moniz Sodré, reúne documentos textuais e impressos sobre o fechamento do *Correio da Manhã* (1969-1974), sobre o atentado a bomba à sede do jornal, em dezembro de 1968 e sobre a absolvição de Niomar, que havia sido enquadrada na Lei de Segurança Nacional pelo Superior Tribunal Militar, em novembro de 1969. Dos arquivos de mulheres abrigados na FGV CPDOC, o único que ainda aguarda organização é o fundo Celina Vargas do Amaral Peixoto. Fundadora e primeira diretora da FGV CPDOC, Celina também foi responsável pelo processo de modernização do Arquivo Nacional.

Esses 11 fundos merecem maior atenção por reunirem um conjunto documental riquíssimo para pensar a participação política de mulheres no Brasil pós-30. Esse artigo tem o objetivo de dar visibilidade a essas personagens e histórias afim de estimular a incorporação das narrativas femininas nas reflexões sobre o Brasil contemporâneo.

Oarquivo de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça

Fundadora da Casa do Estudante do Brasil, em 1929, a poetisa, ativista e tradutora Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça foi colaboradora em diversos jornais do Rio de Janeiro como *O Globo*, *O Jornal*, *Diário da Noite*, *A Noite* e a revista *O Cruzeiro*. Atuou durante dois anos como diretora do suplemento feminino do *Diário de Notícias*. Foi presidente da Associação Brasileira de Educação e vice-presidente da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF). Em 1942, foi eleita representante do Brasil na Comissão Internacional de Mulheres. Tendo vivido até 1971, sua atuação extrapola o contexto dos governos Vargas. Em 1967, foi convidada pelo governo do Estado de Israel para representar a mulher brasileira no Congresso Internacional Feminino pela Paz e Desenvolvimento.

Carioca de nascimento e mineira de coração, Anna Amélia nasceu em 17 de agosto de 1896, fruto do casamento de José Joaquim de Queiroz e Laura Machado de Queiroz. Casou-se com Marcos Carneiro de Mendonça em 1917 e dessa união nasceram seus três filhos: Márcia Claudia, José Joaquim e Bárbara Heliodora¹². Tendo orientado sua militância em direção às causas estudantis e feministas, Anna

¹² Conhecida crítica teatral, ensaísta e tradutora brasileira. Foi colunista de jornais como *Tribuna da Imprensa*, *Jornal do Brasil*, *Estado de S. Paulo* e *O Globo*. Heliodora também foi professora emérita e titular aposentada da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Amélie representa uma das principais figuras femininas que atuavam politicamente no Brasil, em princípios do século XX.

Aclamada por diferentes segmentos da sociedade brasileira, Anna Amélia voltou-se ao engajamento pelas demandas da agenda discente desde 1928, quando foi eleita “Rainha dos Estudantes do Brasil”. Posteriormente, alinou-se às demandas do movimento feminista brasileiro. Em 1931, por exemplo, Anna Amélia participou do II Congresso Internacional Feminista, organizado pela Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), onde reivindicou a maior participação das mulheres na esfera universitária. No evento, defendeu a tese *O problema da habitação para moças-estudantes e o projeto de uma casa para a estudante brasileira* na organização da Casa do Estudante do Brasil.

Além disso, Anna Amélia foi membra de uma série de instituições. Dentre elas, destacam-se a Associação Cristã Feminina e a já citada Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF), onde ocupava o cargo de vice-presidente. Companheira de luta de mulheres como Bertha Lutz e Mary Jane Corbett, Anna Amélia participou da concretização de uma das principais reivindicações femininas no Brasil: a conquista do voto. No país, o sufrágio universal passou a ser realidade em um compasso gradativo. As mulheres tornaram-se eleitoras pela primeira vez em 1927, mas apenas no estado do Rio Grande do Norte. O “voto de saias” tornou-se nacional em 1932, por meio de um decreto eleitoral oficializado pelo governo de Getúlio Vargas.

Todavia, o empenho da poetisa pela maior autonomia da mulher não se restringiu ao âmbito do pleito. Conforme foi mencionado anteriormente, Anna Amélia foi indicada por Getúlio Vargas para representar o Brasil no 12º Congresso Internacional Feminista, onde expôs sua tese *Mulher Cidadã*. Assim como em *Mulher Cidadã*, em *Crônica da Atualidade*, texto escrito por Anna Amélia em 1936 para uma rádio nacional, a poetisa apresenta um discurso de emancipação feminina por meio da ressignificação dos comportamentos, das imagens e das expectativas socialmente atribuídas às mulheres. Estas, em comparação aos homens, eram vistas pela sociedade como dóceis, pacíficas e serenas, de modo que não possuíam os atributos necessários para a vida pública. Anna Amélia propunha exatamente o contrário: defendeu uma mulher capaz de atuar politicamente em prol dos direitos femininos e de trabalhar na garantia da paz mundial.

Desde que o mundo é mundo que os homens acusam a mulher de falar demais. Nos romances antigos, nas anedotas de sucesso, nos salões de nossos avós, no tempo dos almanaques e das folhinhas, não têm conta as coisas engraçadas ou sem graça, que foram ditas em torno da loquacidade feminina. Fazendo uma estatística de tudo isso e pesando as frases de espírito com as histórias sem espírito nenhum, repetidas através dos séculos, chega-se à conclusão de que os homens, nesse terreno, chegaram a falar demais.

A verdade é que esse ataque à língua feminina não era propriamente uma censura – era um pouco de inveja. E no desejo de falar mais, de superar a mulher, multiplicando as palavras e alargando o alcance da voz, o homem inventou o rádio. Era uma vitória esmagadora. Qual a comadre indiscreta ou a vizinha intrigante que poderia propalar com a mesma rapidez a malícia de um boato? Agora sim, valia a pena falar. Mas a mulher não estava disposta a ceder a primazia e instalou-se junto aos microfones. O “speaker” é, não há dúvida, o homem que fala. Mas é ele quem anuncia aos quatro ventos que a mulher vai falar. E agora começam as mulheres a fazer concorrência na profissão. (Crônica da Atualidade para o dia 11 de março de 1936. Primeira crônica de uma mulher a ser veiculada no rádio.)

A esta época, a partir de um panorama comparativo de distinção entre o sexo feminino e o masculino, as mulheres eram tidas como seres dóceis e pacíficas para o corpo social, não obtendo, portanto, a fibra necessária para enfrentar os percalços da esfera e da carreira pública. Anna Amélia defende pontualmente o contrário: é justamente pela sua docilidade e por prezar pela paz que a mulher deveria ter um maior protagonismo social. O homem, belicoso e agressivo, não seria a melhor figura para lidar com os conflitos locais e internacionais, pois levaria ao caminho da destruição. A mulher, por sua vez, “pacifista por índole e convicção”, trabalhava para a resolução de desentendimentos ao promover a tolerância e o bom senso.

Depois que o feminismo é uma realidade, a paz universal não é mais impossível. Ela há de vencer os homens, como um filtro suave e envolvente, ensinando-os a amar em todos os povos, outros homens capazes dos mesmos ideais e do mesmo amor.

Eu nunca pude compreender como é que existem homens que conseguem não viver em paz com as mulheres. Penso que as mulheres, pacifistas por índole e por convicção, as às vezes se revelam um pouco belicosas deve ser apenas por reflexo do temperamento dos homens, que há tantos séculos se habitaram a ter como dominadores.

Entretanto, essas pequenas rugas entre homens e mulheres, terminam sempre por um sorriso de mulher.

Entreguem às mulheres a solução dos desentendimentos internacionais, e verão como se ensina aos povos, a tolerância e o bom senso. Nada de canhões atoadores, gases asfixiantes, bombardeios aéreos. Mas palavras sinceras, corações abertos, mãos leais abertas para um gesto fraternal. (Crônica da Atualidade para o dia 15 de abril de 1936)

Outro momento importante para a militância feminista brasileira, corporificada pela atuação de Anna Amélia, ocorreu na Conferência Internacional do Trabalho da Mulher pela Paz e Desenvolvimento, realizada em Jerusalém, em 1964. Nesse evento, a poetisa representou o Brasil como delegada e aprofundou uma rede de contatos com outras associações, órgãos e institutos sediados em outros países voltados para a questão da mulher. A partir das palestras desse congresso, Anna Amélia e outras militantes consolidaram uma aliança pan-americana institucional em prol das pautas femininas. Com isso, multiplicaram-se as correspondências entre países como Brasil,

Argentina e Chile para a formulação de encontros que tinham o interesse de debater e formular medidas práticas para uma maior atuação política da mulher.

A Escola de Ciências Sociais (FGV CPDOC) recebeu o arquivo de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça em 2010. Em 2018, o arquivo foi disponibilizado ao público e pode ser consultado no portal da instituição. O arquivo, que reúne cerca de 5 mil documentos textuais, foi organizado em sete séries com temáticas que giram em torno da atuação da titular e é especialmente importante para os interessados em pesquisas relacionadas ao campo da literatura, da educação e das lutas pelos direitos da mulher no Brasil.

Tabela 2. Dados sobre a organização do fundo Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.

Série	Sigla da Série	Conteúdo
Recortes de Jornais	AACM rec	Recortes de jornais diversos sobre a titular.
Documentos Póstumos	AACM pos	Cartas de pesar enviadas aos familiares de Anna Amélia pelo seu falecimento.
Vida Privada	AACM vpr	Documentação de caráter pessoal de Anna Amélia de Queiroz Carneiro de Mendonça.
Literatura	AACM lit	Documentos sobre a relação de Anna Amélia com o campo literário, com destaque para poesias, textos, traduções e livros de sua autoria.
Militância Feminista	AACM mf	Documentos sobre a atuação de Anna Amélia na luta pelos direitos da mulher, com destaque para debates sobre a questão sufragista, saúde feminina e a importância da atuação política da mulher em tempos de guerra. Inclui documentos sobre a participação da titular como delegada no Congresso Feminino em Istambul e na Comissão Interamericana de Mulheres (CIM).
Militância Estudantil	AACM me	Documentos sobre a Casa do Estudante do Brasil (CEB), sobre a Casa do Estudante do Brasil na Cidade Universitária de Paris e documentos sobre a atuação de Anna Amélia no campo da educação.
Participação e Colaboração em Associações, Órgãos e Institutos	AACM pca	Documentos sobre a participação e colaboração de Anna Amélia em diversas instituições como os Institutos Históricos, museus, associações culturais e educativas.

O fundo Anna Amélia é particularmente interessante para o debate proposto nesse artigo, pois subverte a lógica de arquivos femininos que vieram anexados aos arquivos de homens. Ao longo da organização desse arquivo, notou-se a existência de documentos referentes a seu marido, Marcos Carneiro de Mendonça. Essa

documentação foi separada e irá compor o fundo Marcos Carneiro de Mendonça que será organizado e disponibilizado para consulta pública em breve.

É interessante refletir também sobre a novidade inaugurada pelo arquivo de Anna Amélia. Nesse caso, é o marido quem atua como “guardião da memória” do arquivo da mulher. Essa perspectiva fica evidente na série Documentos Póstumos, pois é Marcos Carneiro de Mendonça o destinatário da maioria das cartas de pesar enviadas à família pelo falecimento da escritora, ocorrido em 1971. Esse fundo é relevante para a FGV CPDOC porque foi o primeiro arquivo a ser organizado e disponibilizado para consulta após a inserção do marcador de gênero da Linha de Acervo da instituição e por apresentar a narrativa da mulher de forma independente da atuação de seu marido. Nesse arquivo é a mulher, Anna Amélia, a protagonista.

Conclusão

Esse artigo, fruto de reflexões coletivas feitas pela equipe envolvida na organização de arquivos femininos depositados na FGV CPDOC, tem o objetivo de dar visibilidade a esses documentos e, conseqüentemente, a essas narrativas. Essa iniciativa tem estimulado reflexões sobre a melhoria dos instrumentos de pesquisa sobre essas titulares, visto que observamos uma certa carência de informação biográfica sobre algumas dessas mulheres, sobretudo das que são familiares de homens que possuem seus fundos também depositados na instituição. Essa carência informacional, que relega mulheres à condição de esposas ou mães, pode ser pensada como um reforço do silenciamento dessas mulheres como sujeitos históricos, que possuem experiências e vivências independentes da figura de seus maridos e filhos. Nesse sentido, como parte da recuperação e valorização dessas narrativas, faz-se necessário revisar e produzir conteúdos biográficos sobre essas titulares, visando incorporar narrativas femininas às narrativas já existentes sobre o Brasil contemporâneo.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, M. P. N. e SANTOS, M. S. dos. (2007). História, memória e esquecimento: implicações políticas. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 79: 95-111.

BRAGA, S. (2002) *Accessus: sistema de documentação histórica do CPDOC*. Rio de Janeiro: [s.n.]

DUARTE, C. L. (2007). Anna Amélia: militância e paixão. *Revista Interdisciplinar*. Sergipe, v. 3, n. 3.

HALBWACHS, M. (1990). *Memória Coletiva*. São Paulo: Vértice.

HUYSEN, A. (2005). Resistência à memória: usos e abusos do esquecimento público. In: BRAGANÇA, A.; MOREIRA, S. V. (orgs.). *Comunicação, acontecimento e memória*. São Paulo: Intercom.

PERROT, M. (1989). Práticas da memória feminina. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 9, n. 18, p. 9-18.

POLLAK, M. (1989) Memória, esquecimento, silêncio. *Revista Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15.